

# **Demonstrações Financeiras**

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

# Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

### Índice

|   |    |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1  |
| Demonstrações financeiras auditadas                                       |    |
| Balanço patrimonial .....   | 7  |
| Demonstração do resultado .....   | 8  |
| Demonstração do resultado abrangente .....                                | 9  |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....                      | 10 |
| Demonstração do fluxo de caixa .....                                      | 11 |
| Demonstração do valor adicionado .....                                    | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras .....                     | 13 |



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório, com os principais destaques, juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins ("Saneatins") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

### **1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. ("ODB") vendeu a totalidade da sua participação no capital da então denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A ("OAPS"), controladora indireta da Saneatins, para o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP"), um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda, e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc., empresa global de gestão de ativos, com foco em investimentos em ativos de alta qualidade e longa duração, nos segmentos imobiliário, serviços públicos, transporte, energia, entre outros.

Na mesma data, o BR FIP firmou um termo de adesão ao acordo de acionistas da OAPS substituindo a ODB em todos os termos, direitos e obrigações ali previstos. Ainda nessa data, foi realizada uma Assembleia Geral que aprovou a alteração da razão social da OAPS para BRK Ambiental Participações S.A., com consequente alteração de seu estatuto social.

Como consequência imediata da mudança de acionista controlador, destaca-se todo o trabalho de mudança para a nova marca da Companhia, envolvendo todas as suas instalações (estações de tratamento de água, de esgoto, poços de águas subterrâneas, lojas de atendimento comercial e escritórios, veículos, uniformes, equipamentos de proteção individual, entre outros), que foi apresentada à população em maio de 2017.

Além disto, com a mesma diligência, foi implantado o Programa de Compliance na BRK Ambiental e em suas empresas controladas, alinhado às melhores práticas de mercado nacionais e globais. O programa busca assegurar que funcionários e terceiros observem os requisitos não apenas das leis antissuborno e anticorrupção, mas também as diretrizes de sua



política interna, normas e Código de Conduta, garantindo os mais elevados padrões de integridade e transparência, sem qualquer tolerância para atos de corrupção, discriminação e comportamento antiético.

Todo o efetivo foi treinado e orientado no Programa de Compliance, em um processo de reforço da cultura dos acionistas que seguirá como um dos pilares de valor da BRK Ambiental e da Saneatins.

A mudança do acionista controlador não afetou as operações da Companhia, nem a qualidade na prestação de serviço à população. A BRK Ambiental continua sendo uma das melhores empresas de saneamento do Brasil e a Saneatins figura entre as 1.000 maiores empresas do Brasil, conforme ranking de 2017 do Valor Econômico.

Com relação ao ambiente regulatório, no Tocantins, os contratos de concessão são regulados e fiscalizados pela Agência Tocantinense de Regulação (ATR), autarquia estadual. No entanto, interferência dos poderes legislativo e executivo do estado e municípios entram em choque com a competência da ATR, gerando ambiente de incerteza e instabilidade. Cresce a necessidade de um marco regulatório claro, fundado em aspectos técnicos.

No âmbito operacional, em função do rigor do clima em 2017, em especial na região central do Estado do Tocantins, da qual a capital Palmas faz parte, houve severo período de estiagem, com ausência de chuvas pelo período de 100 dias, trazendo desafio para as operações. Com a efetiva atuação das equipes na execução de ações emergenciais e em melhorias de eficiência operacional, garantiu-se a mitigação de eventuais impactos na prestação de serviços.

A Saneatins reitera seu compromisso com a qualidade da prestação dos serviços, atendendo às expectativas da comunidade de forma sustentável e transparente. Segue empenhada na garantia da contínua disponibilidade dos serviços de abastecimento de água potável para a região, avançando na prestação dos serviços de esgotamento sanitário, por meio da implantação de novas estruturas de coleta e tratamento de esgoto, visando a universalização dos serviços.

## **2 A COMPANHIA**

A Saneatins está sediada no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, e é responsável pela implantação, operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em 47 dos 139 municípios que compõem o Estado



do Tocantins, bem como em 5 municípios no Estado do Pará, em conformidade com os Contratos de Concessão, Autorizações e Permissões outorgadas.

Hoje cerca de 1,2 milhão de habitantes são atendidos com o serviço de tratamento e distribuição de água, sendo que destes, 404 mil recebem também serviço de coleta e tratamento de esgoto, resultando num índice de atendimento de água de 96% e 32% de esgotamento sanitário, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado.

### Localização das Concessões





No âmbito dos Contratos de Concessão, as operações compreendem a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos.

Adicionalmente, por meio de Contratos de Prestação de Serviços, nos termos da Lei nº 8.666, a companhia presta serviços para a Agência Tocantinense de Saneamento (“ATS”) em 76 municípios do Tocantins, sem nenhuma obrigação contratual de investimento, uma vez que esta é uma obrigação do Governo do Estado do Tocantins.

Nos contratos de prestação de serviços celebrados com a ATS, as principais atividades exercidas pela companhia envolvem gestão comercial dos serviços (atendimento ao usuário, faturamento, arrecadação, cobrança, micromedição e controle de consumo) e serviços de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de análises laboratoriais.

O grande desafio da Saneatins é a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, cuja meta estabelecida em contrato corresponde ao índice médio de atendimento de 80%. Além disto, possui como meta alcançar um patamar de no máximo 20% de perdas físicas no sistema de abastecimento de água potável, na próxima década.

Desde 2015, a companhia possui registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B”, por meio do qual é possível a realização de ofertas públicas, previamente registradas na CVM, de qualquer valor mobiliário, exceto ações, certificados de depósito de ações ou valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações ou depósitos de ações, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que não haja pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

Esse registro marca o fortalecimento da imagem institucional perante os credores, fornecedores, acionistas, integrantes e o mercado em geral, além de proporcionar maior transparência ao mercado de capitais.



### 3 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS DA COMPANHIA

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos negócios e a expansão no atendimento.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores :

|                                       | Exercício social encerrado em                   |          | Variações horizontais |
|---------------------------------------|---|----------|-----------------------|
|                                       | 2017  | 2016     | 2017 x 2016           |
|                                       | (em R\$ mil, exceto se indicado de outra forma) |          | (em %)                |
| Receita líquida de serviços           | 471.763   | 412.784  | 14,29                 |
| EBITDA <sup>(1)</sup>                 | 159.896   | 156.698  | 2,04                  |
| EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>        | 158.221   | 155.211  | 1,94                  |
| Margem EBITDA <sup>(3)</sup>          | 33,89%  | 38,0%    | (10,82)               |
| Margem EBITDA Ajustado <sup>(4)</sup> | 33,54%  | 37,6%    | (10,80)               |
| Lucro bruto                           | 197.395   | 152.472  | 29,46                 |
| Lucro líquido (prejuízo)              | (6.288)   | (11.261) | (44,16)               |
| Margem Líquida <sup>(5)</sup>         | -1,33%  | -2,7%    | 50,74                 |
| Patrimônio Líquido                    | 30.179  | 26.467   | 14,03                 |
| Dívida Líquida <sup>(6)</sup>         | 591.846   | 730.228  | (18,95)               |

(1) O EBITDA consiste no lucro operacional do exercício, antes das receitas e despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social e das depreciações e amortizações. De acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS o EBITDA não é medida de desempenho financeiro, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Contudo é utilizado pela Companhia como indicador de seu desempenho operacional e também é amplamente utilizado por investidores e analistas para comparar desempenho entre companhias. Para uma reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA conforme definido na nota (1) acima, com a adição do custo de construção de ativos intangíveis e a dedução da receita de construção de ativos intangíveis. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador de desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

(3) EBITDA do exercício dividido pela receita líquida de serviços do exercício.

(4) EBITDA Ajustado do exercício dividido pela receita líquida de serviços após a dedução da receita de construção.

(5) Lucro líquido do exercício dividido pela receita líquida de serviços do exercício.

(6) A Dívida Líquida corresponde às nossas dívidas financeiras (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazo deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.



A receita líquida de prestação de serviços totalizou R\$ 471,8 milhões no ano de 2017, representando um aumento de 14,29%, quando comparado com o ano de 2016, que totalizou R\$ 412,8 milhões. Tal crescimento se dá em razão, principalmente: (i) do reajuste de 12,77% concedido em abril/2017 na tarifa de água e esgoto; e (ii) do incremento das ligações totais nos 52 municípios atendidos, que passaram (a) de 408 mil em 2016 para 423 mil em 2017, em relação a ligações de água; e (b) de 121 mil em dezembro de 2016 para 134 mil em dezembro de 2017, em relação a ligações de esgoto.

No que se refere às condições patrimoniais, destacam-se os indicadores de dívida líquida, índice de liquidez corrente e patrimônio líquido:

a) Dívida Líquida

É calculada como a soma dos nossos empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. A tabela a seguir apresenta o comportamento deste indicador entre os exercícios sociais de 2017 e 2016:

| <b>Indicadores financeiros</b>                       | <b>Em 31 de dezembro de</b> |                |
|--|-----------------------------|----------------|
|  | <b>2017</b>                 | <b>2016</b>    |
| (em R\$ mil)   |                             |                |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures Curto prazo | 42.677                      | 77.364         |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures Longo prazo | 579.138                     | 689.890        |
| <b>Dívida Bruta</b>                                  | <b>621.815</b>              | <b>767.254</b> |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa                    | 21.692                      | 29.426         |
| (-) Fundos restritos                                 | 8.277                       | 7.600          |
| <b>Dívida Líquida</b>                                | <b>591.846</b>              | <b>730.228</b> |





A queda de 18,95% na nossa dívida líquida no exercício de 2017 decorreu, principalmente, do resgate antecipado das debêntures coordenadas pelo Banco Votorantim. Durante o ano foram desembolsados R\$ 37,9 milhões através do Programa Saneamento para Todos, repassados pela Caixa Econômica Federal.

b) Índice de Liquidez Corrente

É calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Esse índice teve uma melhora considerável quando comparado o exercício social 2016, devido à mudança do perfil das dívidas da Companhia, com redução de custo e alongamento de prazo.

| Indicadores financeiros<br>(em R\$ mil) | Em 31 de dezembro de |             |
|---|----------------------|-------------|
|   | 2017                 | 2016        |
| Ativo Circulante                        | 141.746              | 142.543     |
| Passivo Circulante                      | 111.585              | 129.608     |
| <b>Índice de liquidez corrente</b>      | <b>1,27</b>          | <b>1,10</b> |

c) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Saneatins em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 30,2 milhões, comparado a R\$ 26,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre do aumento do capital social em R\$ 10 Milhões e prejuízo de R\$ 6,3 milhões, registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

#### 4 INVESTIMENTOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

Mesmo em um cenário macroeconômico desfavorável no País, a Companhia continuou realizando investimentos que somaram em 2017 cerca de R\$ 81,6 milhões.



A Saneatins está em fase de expansão dos seus investimentos, que resultará num aumento da geração de fluxo de caixa das operações nos próximos exercícios, sendo mais do que suficiente para fazer face às obrigações contratuais e financeiras.

No exercício de 2017 os investimentos realizados foram financiados com recursos próprios advindos da geração operacional de caixa e pelo desembolso de financiamentos que somaram R\$ 37,9 milhões.

## **5 SUSTENTABILIDADE**

A companhia preza por uma cultura de prevenção e melhores práticas, com o objetivo de garantir constante aprimoramento da gestão ambiental.

Para tanto, busca-se disseminar os conhecimentos e experiências por meio de programas de gestão ambiental que contam com envolvimento de funcionários, comunidade e parcerias com organizações não governamentais.

A educação ambiental é um dos instrumentos indispensáveis para a efetividade das ações de saneamento, ao sensibilizar a população sobre o uso racional da água e o descarte de resíduos sólidos.

As questões de sustentabilidade são prioritárias e indispensáveis à condução do negócio, garantidas pelo comprometimento da empresa e de todos os funcionários.

Em 2017 várias ações de responsabilidade socioambientais foram realizadas, conforme descrito abaixo:

- Validação da acreditação pela CGCRE (Inmetro) do Laboratório de Efluentes para os parâmetros Demanda Bioquímica de Oxigênio, Demanda Química de Oxigênio, Oxigênio Dissolvido, Temperatura, pH e materiais sedimentáveis, incluindo também amostragem. O Laboratório de Efluentes da BRK Ambiental - Saneatins é o único no estado do Tocantins acreditado para análises de matrizes ambientais.
- Auditoria pela certificadora DNV/GL mantendo a certificação do sistema de gestão integrado do Processo de Produção de Água Tratada do município de Palmas nas



normas NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança do trabalho).

- A análise global de risco de Palmas manteve-se com o conceito “Acima do Padrão”.
- Semana da Água (22 de março) e Semana do Meio Ambiente (05 de junho) e Semana Integrada (dezembro – qualidade, meio ambiente, saúde, segurança do trabalho e responsabilidade socioambiental).
- Ações realizadas, incluindo atividades dos projetos de trabalho socioambiental vinculados aos financiamentos para as obras dos sistemas de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, envolveram mais de 20 mil pessoas da comunidade. Foram realizadas mais de 29 mil visitas em imóveis do município de Palmas informando sobre a importância do saneamento básico água e esgoto. Os investimentos foram na ordem de R\$ 692 mil.

## **6 GERAÇÃO DE EMPREGOS**

Em 31 de dezembro de 2017, a Saneatins contava com 1.061 funcionários, distribuídos nas bases operacionais dos 47 municípios do Estado do Tocantins e 5 municípios do Estado do Pará atendidos pela Saneatins. Destes, 22,6% estão alocados nas áreas de apoio, enquanto os 77,4% restantes estão alocados nas funções diretamente ligadas às operações.

A idade média do quadro de funcionários da Companhia é de 37 anos (43% dos funcionários encontram-se na faixa dos 30 aos 39 anos), sendo que 86,5% dos funcionários são do sexo masculino. O tempo médio de trabalho na Companhia é de cerca de 9 anos

A gestão de pessoas é constantemente aprimorada, com o intuito de valorizar nossos funcionários, com o consequente aumento em seu comprometimento e engajamento com os objetivos e a estratégia da Companhia, com particular destaque aos processos integrados que incorporam a educação continuada, com treinamento para todos os níveis hierárquicos, gestão de carreiras e qualidade de vida.

Palmas/TO, 21 de março de 2018



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**  
Palmas - TO

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### **Operação lava-jato**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 1. (a) às demonstrações financeiras, que indica que, desde 2014, o ex-acionista controlador Odebrecht S.A. está sob investigação e outros processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público Federal brasileiro e outras autoridades públicas dentro da chamada Operação Lava Jato, que investiga ações ilegais envolvendo empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. A administração entende que, após a aquisição da BRK Ambiental Participações S.A. e controladas, incluindo a própria Companhia, pelo novo acionista controlador (Brookfield Business Partners L.P), finalizada em 25 de abril de 2017, a Companhia não será afetada por possíveis efeitos de tais investigações. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia está efetivamente livre do risco de ser eventualmente impactada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras que envolvem, primeiramente, seu antigo controlador.

### **Requerimento de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 24. (b) às demonstrações financeiras, que indica que foi publicado no Diário da Assembleia do Estado do Tocantins um requerimento de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar supostas cobranças tarifárias abusivas pela Companhia, assim como também outras supostas irregularidades. Até o presente momento, não é possível determinar se a Companhia poderá ser eventualmente impactada pelos resultados da referida eventual Comissão Parlamentar de Inquérito.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Reconhecimento da receita não faturada**

A receita não faturada corresponde às receitas incorridas e contabilizadas, porém ainda não faturadas ao consumidor até o final de cada exercício, que são calculadas com base em especificações da prestação de serviço de cada região.

A complexidade envolvida no cálculo da apuração da receita não faturada, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, incluindo o risco de reconhecimento de receita em valor superior ao serviço efetivamente fornecido a seus consumidores, aumentando, conseqüentemente, a sua receita e lucro, nos levou a identificar essas questões como riscos significativos que requerem considerações especiais de auditoria.

### **Como nossa auditoria tratou o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar na avaliação da integridade e precisão dos dados utilizados para realizar a estimativa de receita não faturada e realização de testes de recálculo dos montantes registrados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados e as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3(d) e 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Infraestrutura da concessão**

Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura e serão recebidos através da cobrança aos usuários via tarifa. A mensuração do ativo intangível de concessão é afetada por elementos subjetivos, devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração do ativo intangível, assim como a relevância dos valores envolvidos.

### **Como nossa auditoria tratou o assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o exame, em base de testes amostrais, da documentação suporte para os gastos incorridos durante o exercício de 2017, avaliando a existência, a natureza do gasto e correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção e o recálculo da determinação e atualização do ativo intangível realizado pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados pela administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura, as premissas utilizadas na determinação e avaliação do ativo intangível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes**

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de ênfase relacionado a operação lava-jato, com data de 19 de maio de 2017.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti  
Contador CRC-1SP251558/O-0

# Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

| Ativo  | Nota        | 2017             | 2016             | Passivo e patrimônio líquido                 | Nota        | 2017             | 2016             |
|--|-------------|------------------|------------------|--|-------------|------------------|------------------|
|  | explicativa |                  |                  |  | explicativa |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                |             |                  |                  | <b>Circulante</b>                            |             |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 5           | 21.692           | 29.426           | Fornecedores                                 | 12          | 18.625           | 18.316           |
| Contas a receber                                 | 6           | 102.618          | 81.179           | Empréstimos e financiamentos                 | 13.1        | 25.647           | 33.261           |
| Adiantamentos a fornecedores                     |             | 1.305            | 1.085            | Debêntures                                   | 13.2        | 17.030           | 44.103           |
| Tributos a recuperar                             | 7           | 7.797            | 9.581            | Salários e encargos sociais                  | 14          | 15.996           | 10.800           |
| Estoques   |             | 6.270            | 4.334            | Tributos a pagar                             | 15          | 9.004            | 17.402           |
| Partes relacionadas                              | 17          |                  | 416              | Outros passivos                              | 16          | 25.283           | 5.726            |
| Convênios com órgãos públicos                    | 8           |                  | 11.977           |  |             |                  |                  |
| Outros ativos                                    |             | 2.064            | 4.545            |  |             | 111.585          | 129.608          |
|  |             |                  |                  |  |             |                  |                  |
|  |             | 141.746          | 142.543          |  |             |                  |                  |
| <b>Não circulante</b>                            |             |                  |                  | <b>Não circulante</b>                        |             |                  |                  |
| Contas a receber                                 | 6           | 4.384            | 316              | Empréstimos e financiamentos                 | 13.1        | 393.481          | 353.236          |
| Fundos restritos                                 |             | 8.277            | 7.600            | Debêntures                                   | 13.2        | 185.657          | 336.654          |
| Partes relacionadas                              | 17          | 1.192            | 2.401            | Partes relacionadas                          | 17          | 336.282          | 127.446          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 18 (a)      | 61.389           | 65.200           | Tributos a pagar                             | 15          | 1.171            | 9.056            |
| Tributos a recuperar                             | 7           | 7.668            | 13.923           | Provisões para contingências                 | 19          | 1.001            | 577              |
| Convênios com órgãos públicos                    | 8           | 20.226           | 40.976           | Outros passivos                              | 16          | 6.855            | 76.298           |
| Outros ativos                                    |             | 3.393            | 2.302            |  |             | 924.447          | 903.267          |
|  |             | 106.529          | 132.718          |  |             |                  |                  |
|  |             |                  |                  | <b>Patrimônio líquido</b>                    | 20          |                  |                  |
| Propriedades para investimentos                  | 9           | 39.308           | 39.308           | Capital social                               |             | 24.018           | 14.018           |
| Imobilizado                                      | 10          | 40.491           | 40.407           | Reserva de capital                           |             | 55.000           | 55.000           |
| Intangível                                       | 11          | 738.137          | 704.366          | Ajustes de avaliação patrimonial             |             | 24.855           | 24.855           |
|  |             |                  |                  | Ações em tesouraria                          |             | (53.860)         | (53.860)         |
|  |             | 924.465          | 916.799          | Prejuízos acumulados                         |             | (19.834)         | (13.546)         |
|  |             |                  |                  |  |             | 30.179           | 26.467           |
| <b>Total do ativo</b>                            |             | <b>1.066.211</b> | <b>1.059.342</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |             | <b>1.066.211</b> | <b>1.059.342</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

|  | Nota<br>explicativa | 2017             | 2016             |
|--|---------------------|------------------|------------------|
| <b>Operações continuadas</b>   |                     |                  |                  |
| Receita líquida de serviços  | 21 (a)              | 471.763          | 412.784          |
| Custos dos serviços prestados  | 21 (c)              | <u>(274.368)</u> | <u>(260.312)</u> |
| <b>Lucro bruto</b>   |                     | 197.395          | 152.472          |
| <b>Despesas operacionais</b>   |                     |                  |                  |
| Gerais e administrativas   | 21 (c)              | (87.813)         | (53.184)         |
| Outras receitas (despesas), líquidas   | 21 (c)              | <u>(779)</u>     | <u>11.974</u>    |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>   |                     | 108.803          | 111.262          |
| <b>Resultado financeiro</b>  | 21 (d)              |                  |                  |
| Receitas financeiras   |                     | 14.121           | 17.440           |
| Despesas financeiras   |                     | <u>(132.228)</u> | <u>(145.690)</u> |
| <b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>   |                     | (9.304)          | (16.988)         |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 18 (b)              | <u>3.016</u>     | <u>5.727</u>     |
| <b>Prejuízo do exercício</b>   |                     | <u>(6.288)</u>   | <u>(11.261)</u>  |
| <b>Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)</b> | 20 (e)              | <u>(6,43)</u>    | <u>(11,62)</u>   |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

|  | <u>Nota<br/>explicativa</u> | <u>2017</u>    | <u>2016</u>     |
|--|-----------------------------|----------------|-----------------|
| <b>Prejuízo do exercício</b>   |                             | <b>(6.288)</b> | <b>(11.261)</b> |
| <b>Outros resultados abrangentes:</b>  |                             |                |                 |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado                           |                             |                |                 |
| Alienação de propriedades para investimentos (Ajuste de avaliação patrimonial) | 20 (d)                      |                | (13.910)        |
| Ganho na avaliação a valor justo em propriedades para investimento             | 20 (d)                      |                | 13.910          |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b>                              |                             | <b>(6.288)</b> | <b>(11.261)</b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

|   | Nota explicativa | Capital social | Reserva de capital | Ações em tesouraria | Prejuízos acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total    |
|---|------------------|----------------|--------------------|---------------------|----------------------|----------------------------------|----------|
| <b>Em 1º de janeiro de 2016</b>                   |                  | 14.018         | 55.000             | (53.860)            | (16.195)             | 38.765                           | 37.728   |
| Resultado abrangente do exercício                 |                  |                |                    |                     |                      |                                  |          |
| Alienação de propriedades para investimentos      | 20 (d)           |                |                    |                     | 13.910               | (13.910)                         |          |
| Prejuízo do exercício                             |                  |                |                    |                     | (11.261)             |                                  | (11.261) |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> |                  |                |                    |                     | 2.649                | (13.910)                         | (11.261) |
| <b>Em 31 de dezembro de 2016</b>                  |                  | 14.018         | 55.000             | (53.860)            | (13.546)             | 24.855                           | 26.467   |
| Resultado abrangente do exercício                 |                  |                |                    |                     |                      |                                  |          |
| Aumento de capital social                         | 20 (a)           | 10.000         |                    |                     |                      |                                  | 10.000   |
| Prejuízo do exercício                             |                  |                |                    |                     | (6.288)              |                                  | (6.288)  |
| <b>Em 31 de dezembro de 2017</b>                  |                  | 24.018         | 55.000             | (53.860)            | (19.834)             | 24.855                           | 30.179   |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

|  | 2017      | 2016     |
|--|-----------|----------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                               |           |          |
| <b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>               | (9.304)   | (16.988) |
| Ajustes  |           |          |
| Depreciação e amortização  | 51.074    | 45.436   |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados                        | 4         | 5.179    |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa                                     | 7.167     | 8.882    |
| Provisão/estorno para contingências  | 1.899     | (247)    |
| Margem de lucro de construção  | (1.674)   | (1.487)  |
| Ganho na alienação de imobilizado/intangível                                     |           | (14.404) |
| Juros e variações monetárias, líquidas   | 102.883   | 114.011  |
|  | 152.049   | 140.382  |
| Variações nos ativos e passivos  |           |          |
| Contas a receber   | (32.674)  | (22.661) |
| Adiantamentos a fornecedores   | (220)     | 1.258    |
| Tributos a recuperar   | 8.039     | 1.098    |
| Estoques   | (1.936)   | 79       |
| Convênios com órgãos públicos  | 27.696    | 11.447   |
| Outros ativos  | 1.667     | (2.039)  |
| Fornecedores   | (6.026)   | (38.050) |
| Salários e encargos sociais  | 5.196     | (1.054)  |
| Tributos a pagar   | (9.457)   | 1.300    |
| Provisão para contingências  | (1.475)   | (51)     |
| Outros passivos  | (55.304)  | (712)    |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                     | 87.556    | 90.997   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>                           |           |          |
| Fundos restritos   | (677)     | (1.249)  |
| Alienação de propriedade para investimentos                                      |           | (13.426) |
| Adições ao imobilizado   | (1.192)   | (23.938) |
| Adições ao intangível  | (72.146)  | (60.138) |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>                    | (74.015)  | (98.751) |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>                          |           |          |
| Ingressos de empréstimos e financiamentos  | 37.900    | 31.822   |
| Amortizações de empréstimos e financiamentos                                     | (7.826)   | (6.050)  |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos                                      | (36.054)  | (28.984) |
| Ingressos de debêntures  |           | 59.623   |
| Amortizações das debêntures  | (191.821) | (21.687) |
| Juros pagos de debêntures  | (43.935)  | (32.666) |
| Aumento de capital social  | 10.000    |          |
| Partes relacionadas  | 210.461   | (589)    |
| <b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b> | (21.275)  | 1.469    |
| <b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>                                  | (7.734)   | (6.285)  |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>                      | 29.426    | 35.711   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>                       | 21.692    | 29.426   |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

|   | <u>2017</u>      | <u>2016</u>      |
|---|------------------|------------------|
| <b>Receitas e despesas</b>                                    |                  |                  |
| Serviços  | 524.233          | 463.475          |
| Outras receitas (despesas)                                    | (799)            | 11.974           |
| (-) Devoluções e abatimentos                                  | (13.385)         | (15.354)         |
| Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa | (7.167)          | (8.882)          |
|   | <u>502.882</u>   | <u>451.213</u>   |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                        |                  |                  |
| Custo de construção   | (82.070)         | (72.902)         |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros            | (124.972)        | (109.133)        |
|   | <u>(207.042)</u> | <u>(182.035)</u> |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                                 | 295.840          | 269.178          |
| Depreciação e amortização                                     | (51.074)         | (45.433)         |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>       | <u>244.766</u>   | <u>223.745</u>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>             |                  |                  |
| Receitas financeiras  | 14.121           | 17.440           |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                    | <u>258.887</u>   | <u>241.185</u>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                       |                  |                  |
| Pessoal   | 66.945           | 59.497           |
| Remuneração direta  | 48.511           | 41.137           |
| Benefícios  | 14.757           | 14.025           |
| Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)                 | 3.677            | 4.335            |
| Impostos, taxas e contribuições                               | 51.688           | 40.742           |
| Federais  | 44.270           | 34.943           |
| Estaduais   | 2.194            | 1.734            |
| Municipais  | 5.210            | 4.137            |
| Outros  | 14               | (72)             |
| Remuneração de capitais de terceiros                          | 146.542          | 152.207          |
| Despesas financeiras  | 132.228          | 145.690          |
| Aluguéis  | 14.314           | 6.517            |
| Remuneração de capitais próprios                              | (6.288)          | (11.261)         |
| Prejuízo do exercício   | (6.288)          | (11.261)         |
| <b>Valor adicionado distribuído</b>                           | <u>258.887</u>   | <u>241.185</u>   |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

### **1 Informações gerais**

A Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins ("Companhia") tem como principal objetivo a implantação, operação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário em determinados municípios dos Estados do Tocantins e do Pará, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões outorgadas.

A sede da Companhia está localizada na Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, Plano Diretor Sul, Palmas, Tocantins.

A Companhia possui atualmente contratos de prestação de serviços de longo prazo, que abrangem 52 prefeituras, sendo 47 no Estado do Tocantins e 5 no Estado do Pará, todos com opção de renovação e extensão ao final do contrato e atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia obteve o registro inicial de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a categoria "B", que permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

Esse registro foi motivado pela intenção da Companhia de fortalecer sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, integrantes e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da BRK Ambiental Participações S.A ("BRK Ambiental"), acionista da Companhia, anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP"), um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc.



## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Os principais contratos de concessão podem ser assim sumariados:

| <b>Poder concedente<br/>(cliente)</b>             | <b>Ano<br/>inicial - final</b> | <b>Mudanças no contrato ocorridas desde o início</b> |
|---|--------------------------------|--|
| Prefeitura Municipal de Palmas - TO               | 1999 - 2032                    | Ajuste de prazo - mais 8 anos e aumento de escopo    |
| Prefeitura Municipal de Araguaína - TO            | 1999 - 2041                    | Ajuste de prazo - mais 12 anos e aumento de escopo   |
| Prefeitura Municipal de Gurupi - TO               | 1999 - 2041                    | Ajuste de prazo - mais 12 anos                       |
| Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO       | 1999 - 2049                    | Ajuste de prazo - mais 20 anos e aumento de escopo   |
| Prefeitura Municipal de Paraíso - TO              | 1999 - 2029                    |  |
| Prefeitura Municipal de Colinas - TO              | 1999 - 2029                    | Aumento de escopo                                    |
| Prefeitura Municipal de Guaraí - TO               | 1999 - 2029                    |  |
| Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO       | 1999 - 2029                    |  |
| Prefeitura Municipal de Miracema - TO             | 1999 - 2029                    |  |
| Prefeitura Municipal de Tucumã - TO               | 2008 - 2038                    |  |
| Prefeitura Municipal de São Geraldo - PA          | 2005 - 2035                    |  |
| Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA         | 2007 - 2037                    |  |
| Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás - PA | 2007 - 2037                    | Ajuste de prazo - mais 5 anos                        |
| Prefeitura Municipal de Xinguara - PA             | 2007 - 2037                    | Ajuste de prazo - mais 5 anos                        |

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. (“Centro Norte Participações”) e controlada indireta da BRK Ambiental.

#### (a) Operação Lava-Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fazia parte em 31 de dezembro de 2016.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht (“Acordo”), produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. A Companhia não é subscritora do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016. Desta forma, a Companhia e sua acionista BRK Ambiental não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

Além disso, a constituição da BRK Ambiental Participações S.A. resulta de uma reorganização societária realizada pelo Grupo Odebrecht como condição precedente para aliená-la ao BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo incorporado no Brasil, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e controlado pela Brookfield Asset Management Inc (“Brookfield”). A implementação da referida reorganização societária teve como um dos objetivos impedir que a BRK Ambiental Participações S.A. e suas controladas fossem afetadas pelos resultados, desdobramentos e consequências decorrentes das investigações no âmbito da Operação Lava Jato.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvo envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

Desta forma, tendo em vista que (i) o Acordo de Leniência beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016, de forma que a Companhia não assumirá responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista, e (ii) que desde 25 de abril de 2017 a Companhia não faz mais parte do Grupo Odebrecht, não há razão para determinar que a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências.

Cabe ressaltar, por fim, que além da Companhia ter ampliado e aprimorando seu Programa de Compliance (vide Nota 1 (b): “Aprimoramento do Programa de Compliance”), foi executado um programa de design e implementação de controles internos para atendimento à Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“SOX”), visando detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

#### **(b) Aprimoramento do Sistema de Compliance**

A Administração da Companhia vem adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu Programa de Compliance de acordo com as melhores práticas de mercado. O novo Programa de Compliance da Companhia contempla as seguintes ações:

- (i) Elaboração e aprovação no seu Conselho de Administração de um novo Código de Conduta Ética Profissional para todos os funcionários, novo Código de Conduta para Fornecedores, além de uma Política e de um Programa Antissuborno e Anticorrupção e uma Política de Segurança da Informação;

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

---

- (ii) Elaboração de diversas normas e procedimentos internos que visam dar efetividade às ações previstas no Programa de Compliance, tais como de conflitos de interesse, doações e patrocínios, brindes presentes e entretenimento, fundo fixo de caixa, relacionamento com agentes públicos, avaliação de riscos de fornecedores, gestão de fornecedores, gestão de compras de materiais e de serviços, avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Due Diligence*) em operações de fusões e aquisições da Companhia, contas a pagar, matriz e alçadas e limites, gerenciamento de contratos e administração de pessoal;
- (iii) Realização de diferentes tipos de treinamentos para todos os funcionários da Companhia a respeito das Normas e do novo Programa de Compliance, assim como, um especial para os funcionários que têm Interação com o Poder Público;
- (iv) Obtenção de certificação individualizada de cada funcionário no sentido de aceitação e observância do novo Código de Conduta Ética Profissional, Declaração de Conflito de Interesses e Compromisso de Confidencialidade de informações sigilosas em poder da Companhia;
- (v) Elaboração de treinamento específico para determinados grupos de fornecedores de serviços da Companhia;
- (vi) Implantação de novo canal confidencial (0800, e-mail e website) para realização de denúncias internas ou externas relativas à desvios de conduta de funcionários ou terceiros com os quais a Companhia se relaciona, cuja administração é terceirizada por empresa especializada no segmento;
- (vii) Reestruturação da forma de apuração de denúncias de casos de corrupção e suborno recebidas no canal confidencial, através da equipe independente de auditoria interna;
- (viii) Desenvolvimento de campanha de comunicação para divulgação do novo Programa de Compliance para todos os funcionários da Companhia, com o tema central "Atitude Compliance";
- (ix) Revisão e saneamento de toda a base cadastral de fornecedores ativos da Companhia;
- (x) Realização de avaliação de riscos de suborno e corrupção (*Antibribery and Anticorruption Risk Assessment*) por meio de empresa de auditoria big four, com a elaboração de uma matriz de riscos e plano de mitigação específicos destes temas;
- (xi) Reestruturação das funções do Comitê de Ética e Integridade da Companhia;
- (xii) Desenvolvimento de um plano de monitoramento para o Programa de Compliance da Companhia; e

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

- (xiii) Revisão anual do Programa de Compliance com o intuito de verificar sua efetividade, atualização em face às melhores práticas de mercado, bem como eventuais alterações que se façam necessárias em virtude das alterações legislativas.

#### **1.1 Outras informações**

##### **Lei do Estado do Tocantins n. 3.262/17, em vigor desde o dia 02 de agosto de 2017:**

Em 02 de agosto de 2017, foi sancionada a Lei Estadual nº 3.262/2017, que “altera a Lei nº 1.017, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado do Tocantins, e dá outras providências”.

Dentre as alterações trazidas, a Lei Estadual nº 3.262/2017 estabelece que os modelos para a fixação das tarifas também deverão “assegurar que a tarifa de esgotamento sanitário não ultrapasse 50% da tarifa de água”. Esclarecemos que esta limitação à tarifa de esgoto não tem aplicação imediata e pressupõe a alteração da estrutura tarifária vigente, que em qualquer hipótese deverá assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões da Companhia. Portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No entendimento da Companhia, a Lei Estadual nº 3.262/2017 é inconstitucional.

No dia 07 de dezembro de 2017 foi obtida medida liminar, na Arguição de Inconstitucionalidade de Lei Estadual nº 0016113-12.2017.827.0000, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para suspender os efeitos da Lei Estadual nº 3.262/2017.

#### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2018.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo, incluindo propriedade para investimento.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **2.4 Fundos restritos**

Os fundos restritos representam depósitos bancários, com rendimento de cerca de 103% (2016 - 103%) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e debêntures, sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

#### **2.5 Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

#### **2.6 Estoques**

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

#### **2.7 Ativos financeiros**

##### **2.7.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

---

#### 2.7.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.7.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

##### (b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

#### 2.8 Propriedades para investimentos

Refere-se à propriedades mantidas para valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso na produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, determinado por laudo de avaliador independente. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pela Companhia que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado.

#### **2.9 Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.



## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **2.10 Ativos intangíveis**

##### **(a) Sistema de água e esgoto**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – contratos de concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.15 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (d)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

##### **(b) Direito de concessão**

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

##### **(c) Softwares**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

##### **(d) Capitalização de juros**

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **2.11 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

#### **2.12 Financiamentos e debêntures**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento ou debênture seja sacado.

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

#### **2.13 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social, com base nas leis tributárias promulgadas.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base do relatório.

#### **2.14 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.15 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

##### **(a) Receita de serviços de água e esgoto**

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **(b) Receita de construção**

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2017 e 2016 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

#### **(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

### **2.16 Benefícios a empregados**

#### **(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **(b) Outros benefícios pós emprego**

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para a Companhia. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

#### **(c) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

#### **2.17 Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação detalhada da IFRS 9 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 2017, a Companhia realizou uma análise detalhada dos 5 passos requeridos pela IFRS 15 e não prevê nenhum impacto nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.
- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

#### **(a) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é revisado e aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

#### **(b) Provisão e passivos contingentes**

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **(c) Reconhecimento de receita de construção**

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (IFRIC 12 / ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

#### **(d) Receita não faturada**

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### **(e) Vida útil dos ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

#### **(f) Propriedades para investimentos**

A Administração da Companhia adotou o critério estimativo na apuração do valor justo de propriedade para investimento de forma prospectiva conforme critérios descritos a seguir.

Os valores justos dos imóveis foram embasados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação individual de cada um dos imóveis, utilizando o método de avaliação de comparação de dados para os imóveis em que foram encontradas amostras semelhantes, com o mesmo contexto de localização; para os demais imóveis, foi utilizado o método involutivo, que avalia o potencial construtivo ou a possibilidade de desmembramento nos mesmos padrões de amostras existentes na mesma localização.

Os valores justos dos imóveis foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração a Valor Justo (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado).



## **Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais

---

#### **4 Gestão de risco financeiro**

##### **4.1 Fatores de risco financeiro**

###### **Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

###### **(a) Risco de mercado**

###### **(i) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e quatro que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados principalmente a variação do CDI; e (ii) empréstimos, financiamentos e debêntures que estão atrelados, substancialmente, a Taxa Referencial de juros ("TR") e ao CDI.

Apresentamos a seguir os impactos nos instrumentos financeiros que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relevantes de flutuação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta no final do período. A administração entende que o cenário provável é a variação que irá ocorrer segundo as expectativas de mercado, fornecidas por consultoria econômica independente especializada em projeções econômicas, que causarão um impacto adicional no resultado e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, além daquele que ocorreria caso as taxas de juros permanecessem nos mesmos valores de 31 de dezembro de 2017. Os cenários de 25,00% e 50,00% são extrapolações do cenário provável, que corresponde aos próximos 12 meses. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

|   | Saldos patrimoniais |             |             |             |             |
|---|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|   | 2017                |             | 2016        |             |             |
|   | Ativo               | Passivo     | Ativo       | Passivo     | Nocional    |
| Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras |                     |             |             |             |             |
| Em CDI  | 3.929               |             | 14.513      |             | 3.929       |
| Fundos restritos                                      |                     |             |             |             |             |
| Em CDI  | 8.277               |             | 7.600       |             | 8.277       |
| Empréstimos e financiamentos                          |                     |             |             |             |             |
| Em TR   |                     | (421.175)   |             | (386.720)   | (589.266)   |
| Em TJLP   |                     |             |             | (326)       | (637)       |
|   |                     | (421.175)   |             | (387.046)   | (589.903)   |
| Debêntures  |                     |             |             |             |             |
| Em DI-over  |                     |             |             | (182.012)   | (182.012)   |
| Em IPCA   |                     | (213.916)   |             | (215.791)   | (190.000)   |
|   |                     | (213.916)   |             | (397.803)   | (372.012)   |
|   |                     |             |             |             | <b>2017</b> |
| <b>Risco</b>  | <b>Provável</b>     | <b>+25%</b> | <b>+50%</b> | <b>-25%</b> | <b>-50%</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras |                     |             |             |             |             |
| Em CDI  | Redução do CDI      | (161)       | (201)       | (242)       | (121)       |
| Fundos restritos                                      |                     |             |             |             |             |
| Em CDI  | Redução do CDI      | (339)       | (424)       | (509)       | (254)       |
| Empréstimos e financiamentos                          |                     |             |             |             |             |
| Em TR   | Aumento da TR       | 5.963       | 7.454       | 8.945       | 4.472       |
|   |                     | 5.963       | 7.454       | 8.945       | 2.982       |
| Debêntures  |                     |             |             |             |             |
| Em IPCA   | Aumento do IPCA     | 6.558       | 8.198       | 9.837       | 4.919       |
|   |                     | 6.558       | 8.198       | 9.837       | 3.279       |
| Impacto no resultado do exercício                     |                     | 12.021      | 15.027      | 18.031      | 9.016       |
| Impacto total no patrimônio líquido                   |                     | 12.021      | 15.027      | 18.031      | 9.016       |
| <b>Indicadores macroeconômicos utilizados</b>         |                     |             |             | <b>2017</b> | <b>2016</b> |
| CDI   |                     |             |             | 9,9%        | 14,0%       |
| TR  |                     |             |             | 0,6%        | 2,0%        |
| TJLP  |                     |             |             | 7,3%        | 7,8%        |
| UMIPCA-M  |                     |             |             | 2,9%        | 6,3%        |
| DI-over   |                     |             |             | 9,9%        | 14,0%       |
| IPCA  |                     |             |             | 2,9%        | 6,3%        |
| IGPM  |                     |             |             | 0,3%        | 7,2%        |

#### (b) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é procedimento adotado a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Os critérios para constituição da PCLD são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser somente um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

A Companhia possui créditos de realização duvidosa, no montante de R\$ 28.955 (2016 - R\$ 22.477), para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6).

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, fundos restritos e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, depósitos em bancos e instituições financeiras e partes relacionadas na data do balanço (Notas 5, 6, 2.4 e 17).

#### (c) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, as quais são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

|                              | Menos de um ano (I) | Entre um e dois anos (I) | Entre dois e cinco anos (I) | Acima de cinco anos (I) | Total por vencimento | Valores a incorrer (II) | Total no balanço patrimonial |
|------------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2017    |                     |                          |                             |                         |                      |                         |                              |
| Fornecedores                 | 18.625              |                          |                             |                         | 18.625               |                         | 18.625                       |
| Empréstimos e financiamentos | 42.120              | 57.875                   | 175.274                     | 388.767                 | 664.036              | (244.908)               | 419.128                      |
| Debêntures                   | 37.603              | 41.642                   | 229.838                     |                         | 309.083              | (106.396)               | 202.687                      |
|                              | <u>98.348</u>       | <u>99.517</u>            | <u>405.112</u>              | <u>388.767</u>          | <u>991.744</u>       | <u>(351.304)</u>        | <u>640.440</u>               |
| Em 31 de dezembro de 2016    |                     |                          |                             |                         |                      |                         |                              |
| Fornecedores                 | 18.316              |                          |                             |                         | 18.316               |                         | 18.316                       |
| Empréstimos e financiamentos | 68.025              | 116.500                  | 156.344                     | 323.398                 | 664.267              | (277.770)               | 386.497                      |
| Debêntures                   | 67.917              | 163.348                  | 347.469                     |                         | 578.734              | (197.977)               | 380.757                      |
|                              | <u>154.258</u>      | <u>279.848</u>           | <u>503.813</u>              | <u>323.398</u>          | <u>1.261.317</u>     | <u>(475.747)</u>        | <u>785.570</u>               |

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.
- (ii) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures, através da coluna valores a incorrer.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Não ocorreram mudanças na política de gestão de capital da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2017 e de 2016, podem ser assim sumariados:

|   | 2017     | 2016     |
|---|----------|----------|
| Total de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1) | 419.128  | 386.497  |
| Total de debêntures (Notas 13.2)                  | 202.687  | 380.757  |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)        | (21.692) | (29.426) |
| (-) Fundos restritos (Nota 2.4)                   | (8.277)  | (7.600)  |
| Dívida líquida                                    | 591.846  | 730.228  |
| Total do patrimônio líquido                       | 30.179   | 26.467   |
| Total do capital                                  | 622.025  | 756.695  |
| Índice de alavancagem financeira - %              | 95%      | 97%      |

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 17.

Os financiamentos estruturados contratados junto a Caixa Econômica Federal ("CEF") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

#### 4.4 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

|  | 2017               | 2016             |
|--|--------------------|------------------|
| Empréstimos e recebíveis                   |                    |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa              | 21.692             | 29.426           |
| Fundos restritos                           | 8.277              | 7.600            |
| Contas a receber                           | 102.618            | 81.179           |
| Partes relacionadas                        | 1.192              | 2.817            |
|  | <u>133.779</u>     | <u>121.022</u>   |
| Passivos financeiros pelo custo amortizado |                    |                  |
| Fornecedores                               | (18.625)           | (18.316)         |
| Empréstimos e financiamentos               | (419.128)          | (386.497)        |
| Debêntures                                 | (202.687)          | (380.757)        |
| Partes relacionadas                        | (336.282)          | (127.446)        |
| Outros passivos                            | (32.138)           | (82.024)         |
|  | <u>(1.008.860)</u> | <u>(995.040)</u> |

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

|                            | 2017          | 2016          |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Fundo fixo                 | 20            | 31            |
| Bancos conta movimento     | 17.743        | 14.882        |
| Aplicações financeiras (i) | 3.929         | 14.513        |
|                            | <u>21.692</u> | <u>29.426</u> |

- (i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com liquidez imediata e remuneração correspondente à uma variação média de 98% do CDI (2016 - 100% do CDI).

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 6 Contas a receber

|                              | <u>2017</u>      | <u>2016</u>     |
|------------------------------|------------------|-----------------|
| Contas a receber de clientes |                  |                 |
| Contas a receber             | 83.995           | 75.087          |
| Receitas a faturar           | 21.500           | 12.549          |
| Outros (i)                   | 30.462           | 16.336          |
| PCLD                         | <u>(28.955)</u>  | <u>(22.477)</u> |
|                              | <u>107.002</u>   | <u>81.495</u>   |
| <br>                         |                  |                 |
| (-) Circulante               | <u>(102.618)</u> | <u>(81.179)</u> |
| <br>                         |                  |                 |
| Não circulante (ii)          | <u>4.384</u>     | <u>316</u>      |

- (i) O saldo refere-se, substancialmente, às faturas emitidas de prestação de serviços à Agência Tocantinense de Saneamento ("ATS").

|                              | <u>2017</u>     | <u>2016</u>     |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| A vencer                     | 19.571          | 25.855          |
| Vencidas                     |                 |                 |
| Até 30 dias                  | 21.902          | 19.649          |
| De 31 a 60 dias              | 9.422           | 7.792           |
| De 61 a 90 dias              | 2.703           | 3.374           |
| De 91 a 180 dias             | 9.159           | 7.480           |
| De 181 a 720 dias            | 33.106          | 17.883          |
| Mais de 720 dias             | 18.594          | 15.552          |
| A faturar                    | <u>21.500</u>   | <u>6.387</u>    |
| <br>                         |                 |                 |
| Contas a receber de clientes | 135.957         | 103.972         |
| <br>                         |                 |                 |
| PCLD                         | <u>(28.955)</u> | <u>(22.477)</u> |
| <br>                         |                 |                 |
| Total                        | <u>107.002</u>  | <u>81.495</u>   |

Em 31 de dezembro de 2017, não há contas a receber vencidas dentro dos critérios para a constituição da PCLD que não estejam provisionadas.

Os vencimentos dessas contas a receber são como segue abaixo:

|                   | <u>2017</u>     | <u>2016</u>     |
|-------------------|-----------------|-----------------|
| De 180 a 720 dias | (10.361)        | (6.925)         |
| Mais de 720 dias  | <u>(18.594)</u> | <u>(15.552)</u> |
|                   | <u>(28.955)</u> | <u>(22.477)</u> |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 7 Tributos a recuperar

|                     | <u>2017</u>    | <u>2016</u>    |
|---------------------|----------------|----------------|
| ISS sobre serviços  | 84             | 1.663          |
| Imposto de renda    | 957            | 1.194          |
| Contribuição social | 76             | 19             |
| PIS e COFINS (i)    | 14.145         | 20.417         |
| Outros              | 203            | 211            |
|                     | <u>15.465</u>  | <u>23.504</u>  |
| (-) Circulante      | <u>(7.797)</u> | <u>(9.581)</u> |
| Não circulante      | <u>7.668</u>   | <u>13.923</u>  |

- (i) O saldo representa a opção exercida de utilização dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS para as aquisições de máquinas e equipamentos destinados à suas operações, conforme art. 1º da Lei nº 11.774/08, e dos créditos da contribuição para o PIS e da COFINS nas incorporações de edificações ao ativo intangível para utilização nas suas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

#### 8 Convênios com órgãos públicos

##### (a) Composição

|                                     | <u>2017</u>   | <u>2016</u>     |
|-------------------------------------|---------------|-----------------|
| ATS                                 | 20.226        | 53.147          |
| (-) Ajuste a valor presente ("AVP") |               | (194)           |
|                                     | <u>20.226</u> | <u>52.953</u>   |
| (-) Circulante                      |               | <u>(11.977)</u> |
| Não Circulante                      | <u>20.226</u> | <u>40.976</u>   |

No primeiro semestre de 2017, a Companhia e a Brasil Plural S.A. – Banco Múltiplo assinaram contratos de cessão de crédito, sem coobrigação ou direito de regresso, do saldo a receber junto à ATS, no valor total de R\$ 31.310, pelo preço de aquisição de R\$ 27.256.

O saldo remanescente refere-se ao reembolso pelos custos e despesas incorridos ao âmbito do suporte à ATS acordado no Termo de Colaboração de 29 de setembro de 2011.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Movimentação

|  | 2017     | 2016     |
|--|----------|----------|
| Saldo no início do exercício                       | 52.953   | 61.542   |
| (+) Provisão                                       | 452      | 429      |
| (-) Recebimento da cessão de crédito               | (26.835) | (11.876) |
| (-) Juros sob cessão de crédito                    | (4.556)  |          |
| (-) Taxas de serviço referente à cessão de crédito | (1.313)  |          |
| (+/-) Atualização monetária (i)                    | (669)    | 2.721    |
| (-) AVP  | 194      | 137      |
| Saldo no final do exercício                        | 20.226   | 52.953   |

- (i) O valor de atualização no período findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se negativo em decorrência dos ajustes do controle do crédito realizado pelas partes.

#### 9 Propriedades para investimentos

O valor dos imóveis está embasado em pareceres técnicos de avaliação mercadológica anual através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação de cada um dos imóveis e estão demonstrados abaixo:

| Localização         | Tipo           | Área (m <sup>2</sup> ) | Custo histórico | Valor justo | Ajuste a valor justo |
|---------------------|----------------|------------------------|-----------------|-------------|----------------------|
| Araguaína           | Terreno Rural  | 3.453                  | 690             | 4.089       | 3.406                |
| Araguaína           | Terreno Urbano | 6.330                  | 237             | 7.664       | 7.427                |
| Palmas              | Terreno Rural  | 56                     | 1               | 2.697       | 2.696                |
| Palmas              | Terreno Urbano | 3.900                  | 163             | 301         | 138                  |
| Paraíso             | Terreno Rural  | 1.245.575              | 6               | 505         | 499                  |
| Porto nacional      | Terreno Urbano | 129.264                | 10              | 3.476       | 3.465                |
| Porto nacional      | Terreno Rural  | 368.486                | 47              | 3.235       | 3.188                |
| Paraíso             | Terreno Urbano | 83.510                 | 8               | 943         | 935                  |
| Gurupi              | Terreno Rural  | 2.774.221              | 351             | 5.801       | 5.450                |
| Gurupi              | Terreno Urbano | 4.706                  | 45              | 5.952       | 5.907                |
| Colinas             | Terreno Rural  | 64.727                 | 3               | 334         | 325                  |
| Colinas             | Terreno Urbano | 20.808                 |                 | 1.698       | 1.698                |
| Guaraí              | Terreno Rural  | 132.430                | 33              | 1.423       | 1.390                |
| Formoso do Araguaia | Terreno Urbano | 5.893                  |                 | 391         | 391                  |
| Formoso do Araguaia | Terreno Rural  | 158.231                | 29              | 604         | 574                  |
| Araguaçu            | Terreno Urbano | 431.941                | 27              | 195         | 170                  |
|                     |                |                        | 1.649           | 39.308      | 37.660               |



# Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

### 10 Imobilizado

|                                       | Terrenos | Equipamentos de informática | Máquinas e equipamentos | Edificações | Móveis e utensílios | Veículos | Obras em andamento | Total    |
|---------------------------------------|----------|-----------------------------|-------------------------|-------------|---------------------|----------|--------------------|----------|
| <b>Custo de aquisição</b>             |          |                             |                         |             |                     |          |                    |          |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2016   | 352      | 6.725                       | 4.711                   | 8.245       | 3.484               | 2.482    | 418                | 26.417   |
| Adições                               | 35.234   | 184                         | 379                     |             | 69                  | 5        | 370                | 36.241   |
| Baixas                                | (176)    | (389)                       | (4)                     | (4.792)     | (94)                | (795)    |                    | (6.250)  |
| Transferências                        | (300)    | 115                         | 2                       | (1.147)     | 4                   |          | (788)              | (2.114)  |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2016 | 35.110   | 6.635                       | 5.088                   | 2.306       | 3.463               | 1.692    |                    | 54.294   |
| <b>Depreciação acumulada</b>          |          |                             |                         |             |                     |          |                    |          |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2016   |          | (5.806)                     | (2.299)                 | (2.725)     | (2.204)             | (2.342)  |                    | (15.376) |
| Depreciação                           |          | (401)                       | (394)                   | (303)       | (254)               | (115)    |                    | (1.467)  |
| Baixas                                |          | 316                         | 3                       | 1.773       | 69                  | 795      |                    | 2.956    |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2016 |          | (5.891)                     | (2.690)                 | (1.255)     | (2.389)             | (1.662)  |                    | (13.887) |
| Valor contábil líquido                | 35.110   | 744                         | 2.398                   | 1.051       | 1.074               | 30       |                    | 40.407   |
| <b>Custo de aquisição</b>             |          |                             |                         |             |                     |          |                    |          |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2017   | 35.110   | 6.635                       | 5.088                   | 2.306       | 3.463               | 1.692    |                    | 54.294   |
| Adições                               | 53       | 768                         | 103                     | 54          | 52                  | 4        | 158                | 1.192    |
| Baixas                                |          | (8)                         | (2)                     |             | (14)                | (1)      |                    | (25)     |
| Transferências                        |          |                             |                         | 149         | 9                   |          | (158)              |          |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2017 | 35.163   | 7.395                       | 5.189                   | 2.509       | 3.510               | 1.695    |                    | 55.461   |
| <b>Depreciação acumulada</b>          |          |                             |                         |             |                     |          |                    |          |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2017   |          | (5.891)                     | (2.690)                 | (1.255)     | (2.389)             | (1.662)  |                    | (13.887) |
| Depreciação                           |          | (345)                       | (418)                   | (75)        | (223)               | (43)     |                    | (1.104)  |
| Baixas                                |          | 4                           | 5                       |             | 11                  | 1        |                    | 21       |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2017 |          | (6.232)                     | (3.103)                 | (1.330)     | (2.601)             | (1.704)  |                    | (14.970) |
| Valor contábil líquido                | 35.163   | 1.163                       | 2.086                   | 1.179       | 909                 | (9)      |                    | 40.491   |
| Vida útil (anos)                      |          | 5                           | 5 a 10                  | 25 a 30     | 5 a 10              | 5 a 10   |                    |          |

### 11 Intangível

|                                       | Sistema de água e esgoto | Direito de concessão | Softwares | Intangível em formação (I) | Total     |
|---------------------------------------|--------------------------|----------------------|-----------|----------------------------|-----------|
| <b>Custo de aquisição</b>             |                          |                      |           |                            |           |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2016   | 735.901                  | 48.019               | 1.757     | 99.046                     | 884.723   |
| Adições                               | 1.593                    | 2.541                |           | 70.255                     | 74.389    |
| Baixas                                | (2.461)                  |                      |           |                            | (2.461)   |
| Transferências                        | 130.028                  |                      | 235       | (128.590)                  | 1.673     |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2016 | 865.061                  | 50.560               | 1.992     | 40.711                     | 958.324   |
| <b>Amortização acumulada</b>          |                          |                      |           |                            |           |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2016   | (203.689)                | (5.516)              | (1.360)   |                            | (210.565) |
| Amortização                           | (41.609)                 | (2.166)              | (194)     |                            | (43.969)  |
| Baixas                                | 576                      |                      |           |                            | 576       |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2016 | (244.722)                | (7.682)              | (1.554)   |                            | (253.958) |
| Valor contábil líquido                | 620.339                  | 42.878               | 438       | 40.711                     | 704.366   |
| <b>Custo de aquisição</b>             |                          |                      |           |                            |           |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2017   | 865.061                  | 50.560               | 1.992     | 40.711                     | 958.324   |
| Adições                               | 5.772                    |                      |           | 77.969                     | 83.741    |
| Baixas                                | (204)                    |                      |           |                            | (204)     |
| Transferências                        | 55.951                   | 15.192               |           | (71.143)                   |           |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2017 | 926.580                  | 65.752               | 1.992     | 47.537                     | 1.041.861 |
| <b>Amortização acumulada</b>          |                          |                      |           |                            |           |
| Saldo inicial em 1º janeiro de 2017   | (244.722)                | (7.682)              | (1.554)   |                            | (253.958) |
| Amortização                           | (47.138)                 | (2.656)              | (176)     |                            | (49.970)  |
| Baixas                                | 204                      |                      |           |                            | 204       |
| Saldo final em 31 de dezembro de 2017 | (291.656)                | (10.338)             | (1.730)   |                            | (303.724) |
| Valor contábil líquido                | 634.924                  | 55.414               | 262       | 47.537                     | 738.137   |
| Vida útil (anos)                      |                          | 10 a 30              | 30 a 50   | 5 a 10                     |           |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

- (i) O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2019.

No decorrer do período findo de 31 de dezembro de 2017, a Companhia capitalizou juros de financiamentos no montante de R\$ 3.586 (2016 - R\$ 5.513).

## 12 Fornecedores

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento em cerca de 30 dias.

|                                    | 2017          | 2016          |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Aquisição de infraestrutura        | 6.335         | 6.809         |
| Serviços e materiais para operação | 10.974        | 10.633        |
| Retenções contratuais              | 1.316         | 874           |
|                                    | <u>18.625</u> | <u>18.316</u> |

## 13 Financiamentos e debêntures

### 13.1 Financiamentos

#### (a) Composição

| Modalidade e encargos financeiros anuais | Taxa efetiva de juros anual | Vencimentos     | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2017           | 2016           |
|--|-----------------------------|-----------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------|----------------|
| Estruturado                              |                             |                 |                                |                               |                |                |
| TR + 8,7% a 10%                          | 9,91% a 12,67%              | ago/24 a jan/35 | 2.770                          | (2.640)                       | 421.175        | 386.720        |
| Finame                                   |                             |                 |                                |                               |                |                |
| TJLP + 3,5 e 10,70%                      |                             |                 |                                |                               |                | 326            |
| 2,5% a 3%                                | 2,50% a 3,00%               | jul/2018        |                                | 593                           | 593            | 2.221          |
| Custo de transação                       |                             |                 |                                |                               | (2.640)        | (2.770)        |
| Total                                    |                             |                 | (2.770)                        | (2.640)                       | 419.128        | 386.497        |
| Total de financiamentos de curto prazo   |                             |                 |                                |                               | 25.820         | 33.391         |
| (-) Custo de transação                   |                             |                 |                                |                               | (173)          | (130)          |
| Circulante                               |                             |                 |                                |                               | 25.647         | 33.261         |
| Total de financiamentos de longo prazo   |                             |                 |                                |                               | 395.948        | 355.876        |
| (-) Custo de transação                   |                             |                 |                                |                               | (2.467)        | (2.640)        |
| Não circulante                           |                             |                 |                                |                               | 393.481        | 353.236        |
| Total                                    |                             |                 |                                |                               | <u>419.128</u> | <u>386.497</u> |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Movimentação

|                              | <u>2017</u>    | <u>2016</u>    |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 386.497        | 349.895        |
| (+) Adição de principal      | 37.900         | 31.822         |
| (+) Adição de juros          | 38.481         | 39.814         |
| (-) Amortização principal    | (7.826)        | (6.050)        |
| (-) Amortização juros        | (36.054)       | (28.984)       |
| (+) Custo de transação       | 130            |                |
| Saldo no final do exercício  | <u>419.128</u> | <u>386.497</u> |

#### (c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

|                | <u>2017</u>    |
|----------------|----------------|
| 2019           | 28.501         |
| 2020           | 33.417         |
| 2021           | 32.598         |
| 2022           | 31.853         |
| 2023           | 31.174         |
| 2024           | 28.073         |
| 2025           | 24.434         |
| 2026           | 24.434         |
| 2027           | 24.434         |
| 2028           | 24.434         |
| 2029 em diante | <u>110.129</u> |
|                | <u>393.481</u> |

#### (d) Garantias e outras informações relevantes

Para os contratos de financiamento junto à CEF, foram dados em garantia, a vinculação de 100% dos recebíveis oriundos dos contratos de concessão, nos termos do contrato de vinculação da receita e penhor dos direitos creditórios, o penhor das ações representativas das ações do capital social da Companhia e garantia do suporte dos acionistas para o período de obras.

Para os contratos de cédula de crédito bancário junto ao Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo foi dado em garantia o suporte dos acionistas garantindo as obrigações e compromissos assumidos.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

## 13.2 Debêntures

### (a) Composição

| Instituição                          | Série    | Emissão    | Vencimentos | Encargos financeiros anuais | Taxa efetiva de juros anual | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar |                 |                |
|--------------------------------------|----------|------------|-------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-----------------|----------------|
|                                      |          |            |             |                             |                             |                                | 2017                          | 2016            |                |
| Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") | Única    | 13/09/2012 | 27/10/2022  | DI-OVER + 3,5% a 4,56%      | 16,68 a 16,95%              | 1.347                          |                               | 111.153         |                |
| Votorantim                           | Única    | 30/09/2012 | 27/10/2022  | DI-OVER + 3,5% a 4,56%      | 18,25 a 18,53%              | 1.869                          |                               | 70.859          |                |
| XP Investimentos                     | 1ª Série | 26/06/2015 | 31/07/2022  | IPCA+ 10,33%                | 23,05%                      | 11.672                         | (8.387)                       | 157.622         |                |
| XP Investimentos                     | 2ª Série | 26/06/2015 | 31/07/2022  | IPCA+ 10,33%                | 22,16%                      | 3.775                          | (2.842)                       | 56.294          |                |
| (-) Custo de transação               |          |            |             |                             |                             |                                |                               | (11.229)        | (17.046)       |
|                                      |          |            |             |                             |                             |                                | <b>18.663</b>                 | <b>(11.229)</b> | <b>202.687</b> |
| Total de debêntures curto prazo      |          |            |             |                             |                             |                                |                               | 19.480          | 47.134         |
| (-) Custo de transação               |          |            |             |                             |                             |                                |                               | (2.450)         | (3.031)        |
| Circulante                           |          |            |             |                             |                             |                                |                               | 17.030          | 44.103         |
| Total de debêntures longo prazo      |          |            |             |                             |                             |                                |                               | 194.436         | 350.669        |
| (-) Custo de transação               |          |            |             |                             |                             |                                |                               | (8.779)         | (14.015)       |
| Não circulante                       |          |            |             |                             |                             |                                |                               | 185.657         | 336.654        |
| Total                                |          |            |             |                             |                             |                                |                               | <b>202.687</b>  | <b>380.757</b> |

### (b) Movimentação

|                              | 2017           | 2016           |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 380.757        | 310.400        |
| (+) Novas emissões           |                | 67.913         |
| (+) Encargos financeiros     | 51.869         | 63.587         |
| (-) Amortização principal    | (191.821)      | (21.687)       |
| (-) Amortização juros        | (43.935)       | (32.666)       |
| (+/-) Custo de transação     | 5.817          | (6.790)        |
| Saldo no final do exercício  | <b>202.687</b> | <b>380.757</b> |

### (c) Prazo de vencimento

|      | 2017           |
|------|----------------|
| 2019 | 12.555         |
| 2020 | 32.994         |
| 2021 | 95.319         |
| 2022 | 44.789         |
|      | <b>185.657</b> |

### (d) Garantias

As garantias das debêntures incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e Cessão Fiduciária; (ii) contrato de suporte dos acionistas; (iii) penhor da totalidade dos dividendos e; (iv) dos direitos creditórios.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 13.3 Cronograma de amortização dos custos de transação de financiamentos e debêntures

O quadro a seguir demonstra o cronograma dos efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes da amortização dos custos de transação:

|                              | 2018    | 2019    | 2020    | 2021 em diante | Total    |
|------------------------------|---------|---------|---------|----------------|----------|
| Empréstimos e financiamentos | (173)   | (173)   | (173)   | (2.121)        | (2.640)  |
| Debêntures                   | (2.450) | (2.450) | (2.450) | (3.879)        | (11.229) |
|                              | (2.623) | (2.623) | (2.623) | (6.000)        | (13.869) |

#### 13.4 Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos financiamentos e debêntures.

#### 14 Salários e encargos sociais

|                              | Nota explicativa | 2017   | 2016   |
|------------------------------|------------------|--------|--------|
| Salários                     |                  | 2.707  | 2.206  |
| Obrigações sociais           |                  | 2.745  | 3.113  |
| Provisões de férias          |                  | 5.650  | 4.950  |
| Benefícios                   |                  | 496    | 400    |
| Participação sobre os lucros | 2.16 (c)         | 4.348  | 4      |
| Outros                       |                  | 50     | 127    |
|                              |                  | 15.996 | 10.800 |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 15 Tributos a pagar

|                                | 2017    | 2016     |
|--------------------------------|---------|----------|
| Pis e Cofins a recolher (i)    | 6.998   | 11.742   |
| ISS a recolher                 | 182     | 905      |
| Parcelamentos tributários (ii) | 1.833   | 11.674   |
| Outros                         | 1.162   | 2.137    |
|                                | 10.175  | 26.458   |
| (-) Circulante                 | (9.004) | (17.402) |
| Não circulante                 | 1.171   | 9.056    |

- (i) O saldo refere-se, substancialmente, ao diferimento de pagamento decorrente de recebíveis com órgãos públicos nos termos do artigo 7º da Lei nº 9.718/1998.
- (ii) O saldo refere-se, substancialmente, aos parcelamentos de débitos tributários junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária ("PRT"), onde renegociou o montante de R\$ 11.030 de tributos federais. Contudo em 28 de setembro de 2017, a Companhia optou pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017. Neste caso, conforme previsto na norma mencionada, todos os pagamentos efetuados no âmbito do PRT foram automaticamente migrados para o PERT.

O montante da dívida, a título de tributos federais, migrados para o PERT totaliza R\$ 10.537 e a modalidade de pagamento escolhida pela Companhia foi à vista, em espécie, de no mínimo 5% do valor da dívida consolidada sem reduções, em 5 parcelas mensais e sucessivas, e o restante foi liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora e 70% das multas de mora, de ofício ou isoladas, com a utilização do saldo de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 16 Outros passivos

|                                     | 2017     | 2016    |
|-------------------------------------|----------|---------|
| Obrigações com poder concedente (i) | 7.388    | 8.081   |
| RB Capital (ii)                     | 19.469   | 71.233  |
| Outros                              | 5.281    | 2.710   |
|                                     | 32.138   | 82.024  |
| (-) Circulante                      | (25.283) | (5.726) |
| Não circulante                      | 6.855    | 76.298  |

- (i) O valor refere-se ao saldo a pagar ao poder concedente de outorgas previstas nos contratos de concessão.
- (ii) Em 2014, a Companhia firmou dois Instrumentos de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, objetivando a alienação de imóveis de sua propriedade, não reversíveis ao Poder Concedente, à RB Capital, no valor total R\$ 107.452, a serem liquidados em parcelas únicas em março e outubro de 2018, respectivamente. Posteriormente, a Companhia cedeu os créditos imobiliários de sua titularidade para terceiros, sem cobrança ou direito de regresso, pelo valor de R\$ 101.830. A manutenção do saldo de obrigações no passivo vinculadas às operações decorre da existência de indenizações contratuais em caso de inadimplemento dos Instrumentos mencionados.

Em 27 de dezembro de 2016, a Companhia firmou Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel e Outras Avenças com a XPCE RE Fundo de Investimento Imobiliário ("XPCE"), no valor total de R\$ 37.181, alienando um dos imóveis que integrava os bens transacionados com a RB Capital. Em consequência dessa operação, conforme previsto nos Instrumentos firmados entre as partes, a Companhia amortizou R\$ 35.633 da dívida.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia quitou parte do saldo junto à RB Capital, no valor de R\$ 57.181, liquidando, inclusive, o Instrumento que venceria em outubro de 2018. Ademais, a Companhia apropriou neste período juros de R\$ 2.755 e custos de transação de R\$ 2.662.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

#### 17 Partes relacionadas

##### (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

|  | Ativo circulante |              | Ativo não circulante |                | Passivo não circulante |                 | Custos/Despesas operacionais |                 | Resultado financeiro |
|--|------------------|--------------|----------------------|----------------|------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|----------------------|
|  | 2016             | 2017         | 2016                 | 2017           | 2016                   | 2017            | 2016                         | 2017            | 2016                 |
| BRK Ambiental (i)  |                  | 12           | 93                   | 171.901        | 127.446                | (28.487)        | (2.018)                      | (20.416)        | (1.291)              |
| Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") (i)             | 9                |              |                      |                |                        |                 | (21.923)                     |                 | (19.371)             |
| BRK Ambiental - Uruguaiana S.A.                            |                  |              | 4                    |                |                        |                 |                              |                 |                      |
| BRK Ambiental - Araguaia Saneamento S.A. ("Araguaia") (ii) |                  | 437          | 2.304                |                |                        |                 |                              | 10              | 61                   |
| Centro Norte Participações (iii)                           | 407              | 743          |                      | 164.209        |                        |                 |                              | (63)            | 55                   |
| Outros   |                  |              |                      | 172            |                        | (987)           |                              |                 |                      |
|  | <u>416</u>       | <u>1.192</u> | <u>2.401</u>         | <u>336.282</u> | <u>127.446</u>         | <u>(29.474)</u> | <u>(23.941)</u>              | <u>(20.469)</u> | <u>(20.546)</u>      |

- (i) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado, no montante de R\$ 17.370 (2016 - R\$ 18.876); e contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI acrescido de 3% ao ano, com vencimento em 31 de março de 2019, no montante de R\$ 154.531 (2016 - R\$ 108.570). Em 29 de dezembro de 2016, a ODB Ambiental transferiu os créditos detidos para a BRK Ambiental.
- (ii) O saldo do ativo não circulante refere-se ao contrato de mútuo firmado entre as partes, com remuneração de 100% do CDI, acrescido de 3% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2019 e à prestação de serviço de elaboração de projeto de implantação e ampliação no sistema de abastecimento de água, mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado.
- (iii) O saldo do ativo não circulante, refere-se ao contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI, acrescido de 3% ao ano, com vencimento em 19 de dezembro de 2019. O saldo do passivo não circulante, refere-se ao contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI, acrescido de 2,98% ao ano, com vencimento em 16 de junho de 2022.



## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

|   | Nota explicativa | 2017         | 2016         |
|---|------------------|--------------|--------------|
| Salários e outros benefícios de curto prazo |                  | 3.952        | 2.967        |
| Benefícios aposentadoria                    | 2.16 (a)         | 47           | 40           |
| Outros benefícios de longo prazo            |                  | 14           | 12           |
|   |                  | <u>4.013</u> | <u>3.019</u> |

#### 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

##### (a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferido

| Composição no balanço patrimonial (não circulante) | 2017          | 2016          |
|--|---------------|---------------|
| Ativo diferido                                     | 79.142        | 90.062        |
| Passivo diferido                                   | (17.753)      | (24.862)      |
|  | <u>61.389</u> | <u>65.200</u> |

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

|  | <u>2017</u>     |
|--|-----------------|
| <b>Ativo de imposto diferido</b>                               |                 |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses     | 10.000          |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses  | <u>69.142</u>   |
|  | <u>79.142</u>   |
| Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:      |                 |
| 2018   | 10.000          |
| 2019   | 10.000          |
| 2020   | 11.268          |
| 2021   | 15.753          |
| 2022   | 21.565          |
| 2023   | 6.567           |
| 2027   | <u>3.989</u>    |
|  | <u>79.142</u>   |
| <b>Passivo de imposto diferido</b>                             |                 |
| Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses | <u>(17.753)</u> |
| Expectativa de recuperação do passivo diferido é como segue:   |                 |
| 2021   | (3.667)         |
| 2022   | (3.833)         |
| 2023   | (3.732)         |
| 2024   | (3.304)         |
| 2025   | <u>(3.217)</u>  |
|  | <u>(17.753)</u> |

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

| <b>Ativo fiscal diferido</b>                              | <b>2016</b>     | <b>Reconhecido na<br/>demonstração do<br/>resultado</b> | <b>Outros (i)</b> | <b>2017</b>     |
|---|-----------------|---|-------------------|-----------------|
| Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL                   | 58.027          | 3.118   | (6.827)           | 54.318          |
| Provisão  | 1.203           | 2.789   |                   | 3.992           |
| Ágio (Instrução CVM 319/99)                               | 30.832          | (10.000)  |                   | 20.832          |
|   | <u>90.062</u>   | <u>(4.093)</u>  | <u>(6.827)</u>    | <u>79.142</u>   |
| <b>Passivo fiscal diferido</b>                            |                 |   |                   |                 |
| Receita e custo de construção concessões ativo intangível | 777             | 4.416   |                   | 5.193           |
| Capitalização de juros e custo de transação               | (15.578)        | 2.760   |                   | (12.818)        |
| Valor justo de propriedade para investimento              | (12.086)        | (83)  |                   | (12.169)        |
| Demais diferenças temporárias decorrentes lei 12.973      | 2.025           | 16  |                   | 2.041           |
|   | <u>(24.862)</u> | <u>7.109</u>  |                   | <u>(17.753)</u> |

- (i) O valor refere-se à utilização do prejuízo fiscal oriundo da adesão ao PERT, conforme mencionado na nota 15.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, diferem do valor que seria obtido com o uso da alíquota nominal, como segue:

|   | 2017    | 2016     |
|---|---------|----------|
| Resultado antes de imposto de renda e contribuição social | (9.304) | (16.988) |
| Alíquota nominal  | 34%     | 34%      |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal | 3.163   | 5.776    |
| Outros  | (147)   | (49)     |
| Receita de imposto de renda e contribuição social         | 3.016   | 5.727    |
| Alíquota efetiva  | -32,42% | -33,71%  |

#### 19 Provisões para contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

|   | Reclamações<br>cíveis | Contingências<br>tributárias | Contingências<br>trabalhista e<br>previdenciárias | Consumidores | Depósitos<br>judiciais | Provisão para<br>contingências |
|---|-----------------------|------------------------------|---|--------------|------------------------|--------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2016   | 898                   |                              | 914   |              | (1.235)                | 577                            |
| (+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária) | 1.575                 | 8                            | 882   | 1.208        | (1.381)                | 2.292                          |
| (-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados       | (1.501)               |                              | (273)   |              |                        | (1.774)                        |
| (-) Reduções decorrentes de pagamentos  | (64)                  |                              | (30)  |              |                        | (94)                           |
| Em 31 de dezembro de 2017   | 908                   | 8                            | 1.493   | 1.208        | (2.616)                | 1.001                          |

#### (a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

| Natureza                                     | 2017   |
|--|--------|
| Reclamações cíveis                           | 17.153 |
| Contingências tributárias                    | 6.900  |
| Contingências trabalhistas e previdenciárias | 5.909  |
| Consumidores                                 | 3.061  |
| Total  | 33.023 |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### 20 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

|                            | % de participação |         | Capital social |        |           | Quantidade de ações |
|----------------------------|-------------------|---------|----------------|--------|-----------|---------------------|
|                            | 2017              | 2016    | 2017           | 2016   | 2017      | 2016                |
| Estado do Tocantins        |                   |         |                |        | 5         | 5                   |
| Centro Norte Participações | 100,00            | 100,000 | 24.018         | 14.018 | 1.297.914 | 963.319             |
| Ações em tesouraria        |                   |         |                |        | 5.939     | 5.939               |
|                            |                   |         | 24.018         | 14.018 | 1.303.858 | 969.263             |

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 10.000, com emissão de 334.595 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 29,89 por cada ação ordinária.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 24.018 (2016 - R\$ 14.018), dividido em 1.297.914 (2016 - 963.351) ações ordinárias, 5.907 ações preferenciais classe B e 5 ações preferenciais de classe especial - *Golden Share*, conforme demonstrado abaixo:

|                            | Tipo de ações |  | Quantidade de ações |
|----------------------------|---------------|--|---------------------|
|                            |               |  |                     |
| Estado do Tocantins        | Golden Share  |  | 5                   |
| Centro Norte Participações | ON            |  | 1.297.914           |
| Ações em tesouraria        | PN            |  | 5.907               |
| Ações em tesouraria        | ON            |  | 32                  |

As ações preferenciais de classe especial – *Golden Share* conferem determinadas prerrogativas, eminentemente políticas, conforme previstas no Estatuto Social da Companhia. Dentre elas, destacam-se: direito de indicação de 1 membro titular do Conselho de Administração, direito de indicação do Diretor de Planejamento, direito de indicação de 1 membro titular do Conselho Fiscal e direito de veto de proteção, justificado, em algumas matérias.

##### (b) Ações em tesouraria

Em 10 de outubro de 2013, a Companhia assinou contrato para recompra de 23,48% de suas ações. Em junho de 2014, as ações detidas pelo Estado do Tocantins foram transferidas para a Companhia. O valor de aquisição das ações foi de R\$ 53.860, o que resultou no valor de R\$ 9.068,87 por ação.

##### (c) Reserva de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva de ágio na emissão de ações pela alienação das concessões da ATS para o Estado do Tocantins, ocorrida em julho de 2010.

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2013 e 2014, a Companhia registrou imóveis que não serão utilizados para fins operacionais como propriedades para investimentos (Nota 9).

#### (e) Prejuízo básico por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

|  | <u>2017</u>   | <u>2016</u>    |
|--|---------------|----------------|
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia                    | (6.288)       | (11.261)       |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | <u>978</u>    | <u>969</u>     |
| Prejuízo básico por ação   | <u>(6,43)</u> | <u>(11,62)</u> |

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

## 21 Resultado do exercício

### (a) Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

|   | <u>2017</u>     | <u>2016</u>     |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Operações</b>                        |                 |                 |
| Receita de serviços                     | 440.489         | 389.086         |
| Receita de construção                   | <u>83.744</u>   | <u>74.389</u>   |
|   | 524.233         | 463.475         |
| Impostos e contribuições sobre serviços | (39.085)        | (35.337)        |
| Outras deduções                         | <u>(13.385)</u> | <u>(15.354)</u> |
|   | <u>471.763</u>  | <u>412.784</u>  |

A receita líquida apresenta a seguinte composição:

|                       | <u>2017</u>    | <u>2016</u>    |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Receita de serviços   | 388.019        | 338.395        |
| Receita de construção | <u>83.744</u>  | <u>74.389</u>  |
|                       | <u>471.763</u> | <u>412.784</u> |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Receita de construção

A receita de construção e o custo de construção estão relacionados ao contrato de longo prazo, na modalidade de ativo intangível, e assim apresentado:

| Natureza do contrato         | Receita de construção |        | Custo de construção |          | Margem de lucro |       |
|------------------------------|-----------------------|--------|---------------------|----------|-----------------|-------|
|                              | 2017                  | 2016   | 2017                | 2016     | 2017            | 2016  |
| Concessão - ativo intangível | 83.744                | 74.389 | (82.070)            | (72.902) | 1.674           | 1.487 |

#### (c) Despesas por natureza

|  | Nota explicativa | 2017      | 2016      |
|--|------------------|-----------|-----------|
| <b>Classificadas por natureza:</b>                                     |                  |           |           |
| Custo de construção  | 21 (b)           | (82.070)  | (72.902)  |
| Pessoal  |                  |           |           |
| Remunerações   |                  | (48.511)  | (41.137)  |
| Encargos sociais e trabalhistas  |                  | (15.583)  | (15.488)  |
| Programa de alimentação  |                  | (9.354)   | (9.688)   |
| Programa de saúde  |                  | (4.486)   | (3.505)   |
| Outros benefícios  |                  | (917)     | (833)     |
|  |                  | (78.851)  | (70.651)  |
| Materiais  |                  | (18.140)  | (16.717)  |
| Serviços   |                  |           |           |
| Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica |                  | (43.772)  | (34.313)  |
| Serviços pessoa jurídica   |                  | (16.123)  | (15.962)  |
| Manutenções  |                  | (4.729)   | (4.535)   |
| Auditorias, consultorias e assessorias                                 |                  | (14.538)  | (9.639)   |
| Outros   |                  | (1.235)   | (825)     |
|  |                  | (80.397)  | (65.274)  |
| Tributos, taxas e contribuições  |                  | (7.635)   | (4.001)   |
| Partes relacionadas  | 17               | (29.474)  | (23.941)  |
| Seguros  |                  | (1.485)   | (960)     |
| Depreciação e amortização  |                  | (51.074)  | (45.436)  |
| (+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais                         |                  | 3.921     | 4.021     |
| Comercial  |                  | (120)     | (259)     |
| Viagens  |                  | (1.932)   | (1.862)   |
| Outras   |                  | (15.703)  | (3.540)   |
|  |                  | (362.960) | (301.522) |
| <b>Classificadas por função:</b>                                       |                  |           |           |
| Custo dos serviços prestados   |                  | (274.368) | (260.312) |
| Gerais e administrativas   |                  | (87.813)  | (53.184)  |
| Outras receitas (despesas), líquidas                                   |                  | (779)     | 11.974    |
|  |                  | (362.960) | (301.522) |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (d) Resultado financeiro

|  | Nota explicativa | 2017             | 2016             |
|--|------------------|------------------|------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>                            |                  |                  |                  |
| Rendimentos de aplicações financeiras                  |                  | 1.865            | 2.665            |
| Partes relacionadas                                    | 17               | 72               | 116              |
| Variações monetárias                                   |                  | 432              | 3.597            |
| Juros sobre atraso de pagamentos                       |                  | 5.536            | 4.195            |
| Multas por atraso de pagamento                         |                  | 6.387            | 6.390            |
| Ajuste a valor presente                                |                  | 261              | 595              |
| Outras   |                  | 245              | 674              |
| (-) Tributos sobre receitas financeiras (PIS e COFINS) |                  | (677)            | (792)            |
|  |                  | <u>14.121</u>    | <u>17.440</u>    |
| <b>Despesas financeiras</b>                            |                  |                  |                  |
| Comissões bancárias                                    |                  | (4.033)          | (2.036)          |
| Juros e variações monetárias (i)                       |                  | (90.292)         | (113.442)        |
| Amortização do custo de transação                      |                  | (8.118)          | (3.430)          |
| Partes relacionadas                                    | 17               | (20.541)         | (20.662)         |
| Ajuste a valor presente                                |                  | (12)             |                  |
| Cessão de crédito - ATS                                | 8 (b)            | (4.556)          |                  |
| Juros e multa sobre atraso de pagamento                |                  | (694)            | (5.628)          |
| Outras   |                  | (3.982)          | (492)            |
| Variações cambiais                                     |                  |                  |                  |
| Tarifas bancárias                                      |                  | (212)            | (325)            |
| Tributos sobre operações financeiras                   |                  | (3.804)          | (167)            |
| Outras   |                  | 34               |                  |
|  |                  | <u>(132.228)</u> | <u>(145.690)</u> |
| Resultado financeiro, líquido                          |                  | <u>(118.107)</u> | <u>(128.250)</u> |

- (i) O saldo refere-se, substancialmente, às despesas de juros de financiamentos e debêntures (Nota 13) e à apropriação de juros junto a RB Capital (Nota 16).

## 22 Informações suplementares aos fluxos de caixa

### (a) Adições do intangível

|  | 2017            |
|--|-----------------|
| Total de adições do intangível (Nota 11)   | 83.741          |
| Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)   | <u>(11.595)</u> |
| Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa                          | 72.146          |
| Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa: |                 |
| Juros capitalizados no exercício   | (3.586)         |
| Fornecedores a pagar   | (6.335)         |
| Margem de construção do exercício (Nota 21 (b))  | <u>(1.674)</u>  |
| Total  | <u>(11.595)</u> |

## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

#### (b) Convênios com órgãos públicos

|  | <u>2017</u>    |
|--|----------------|
| Variação do balanço patrimonial - convênios com órgãos públicos                                | 32.727         |
| Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)   | <u>(5.031)</u> |
| Total da movimentação de convênios com órgãos públicos conforme demonstração do fluxo de caixa | 27.696         |
| Transações que afetaram os convênios com órgãos públicos, mas não envolveram caixa:            |                |
| AVP  | 194            |
| Juros sob cessão de crédito  | (4.556)        |
| Atualização monetária  | <u>(669)</u>   |
| Total  | <u>(5.031)</u> |

#### 23 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

| <u>Tipo de cobertura</u> | <u>Importâncias seguradas</u> |
|--------------------------|-------------------------------|
| Garantia de contrato     | 718                           |
| Garantia judicial        | 6.735                         |
| Responsabilidade civil   | 60.535                        |
| Risco de engenharia      | 189.879                       |
| Riscos operacionais      | 847.128                       |
| Veículos                 | 1.000                         |



## Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

---

#### 24 Evento subsequente

- (a) Em 06 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins – ATR (“ATR”), nos termos do Ofício nº 072/2018/PRES/ATR, suspendeu a aplicação da última parcela do reajuste sobre as tarifas da Companhia, no percentual de 6,487%, relativo ao resíduo da recomposição ordinária, já anteriormente aprovada pela ATR, nos termos da Resolução ATR nº 001/2016 (“Resíduo da Recomposição Tarifária”).

No entendimento da Companhia, a decisão da ATR, ainda que temporária, não observa os requisitos legais necessários e todas as medidas judiciais cabíveis já estão sendo tomadas para suspender os seus efeitos.

Não obstante a suspensão da aplicação do Resíduo da Recomposição Tarifária, está mantida a aplicação do reajuste de 2,95%, sobre as tarifas de água e esgotamento sanitário em decorrência da publicação do Índice de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, equivalente à inflação do período de janeiro a dezembro de 2017.

- (b) Em 12 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que foi publicado no Diário da Assembleia do Estado do Tocantins, o Requerimento nº 242/2018 para instauração, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (“Comissão”) com o objetivo de investigar a Companhia em supostas cobranças tarifárias abusivas, assim como também, outras supostas irregularidades.

Observados os termos e legislações aplicáveis, caso instalada a referida Comissão, a Companhia se colocará à disposição para atender as solicitações e prestar quaisquer esclarecimentos à Comissão, com o intuito de demonstrar de forma concreta a regularidade dos temas averiguados que digam respeito à Companhia.

\* \* \*